CÁSSIA GARCIA GOMES

Produto Educacional:

Projeto Pedagógico Curso de Especialização

Multiprofissional em Atenção Psicossocial e comentário

São Paulo



$A tribuição Não Comercial-Compartilha Igual-CC\ BY-NC-SA$

Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam a você o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

CÁSSIA GARCIA GOMES

Produto Educacional:

Projeto Pedagógico Curso de Especialização

Multiprofissional em Atenção Psicossocial e comentário

Produto educacional produzido como produto da dissertação "Aprimoramento multiprofissional em Saúde Mental — Estudo de egressos de um programa de formação em campo no SUS" apresentada à Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo, Programa Mestrado Profissional Interunidades em Formação Interdisciplinar em Saúde. Faculdade de Odontologia, Faculdade de São Paulo.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Botazzo

São Paulo

RESUMO

Gomes, CG. Produto Educacional: Projeto Pedagógico Curso de Especialização

Multiprofissional em Atenção Psicossocial e comentário. São Paulo: Universidade de São

Paulo, Faculdade de Odontologia; 2023.

O presente produto educacional é resultado da dissertação "Aprimoramento

multiprofissional em Saúde Mental - Estudo de egressos de um programa de formação

em campo no SUS". A transformação do Programa de Aprimoramento Multiprofissional

em Saúde Mental em especialização trouxe, em 2019, a necessidade de sistematização e

construção de um Projeto Pedagógico adequado às normativas do CEFOR e do Conselho

Estadual de Educação. Em 2022, como exigência do Conselho Estadual de Educação e

como produto educacional do mestrado profissional, tal projeto pedagógico foi revisto,

priorizando os aspectos destacados como fundamentais pelos egressos, na pesquisa

realizada, ou seja, o foco na vivência prática e na construção de maior autonomia

profissional. Alguns elementos considerados importantes pela autora, porém não

contemplados no projeto pedagógico, foram discutidos no comentário crítico sobre o

projeto pedagógico.

Palavras-chave: Formação em Saúde, Saúde Mental, Aprimoramento, Egressos

SUMÁRIO

I-	Identificação da Instituição	11
II-	Identificação do Curso	18
III-	Público alvo	18
IV-	Justificativa	18
V-	Objetivo geral	20
VI-	Requisitos de acesso	20
VII-	Perfil profissional	21
VIII-	- Organização Curricular	21
IX-	Plano de Desenvolvimento das atividades da Prática Profissional e infraest	rutura
	da Biblioteca	22
X -	Relação do Corpo Docente e Técnico Administrativo	28
XI-	Exigências para a Matrícula	30
XII-	Número de vagas	31
XIII-	- Critérios de Avaliação	31
XIV-	Requisitos para obtenção do Certificado de Conclusão	33
Anex	co I-Ementário dos Componentes Curriculares com Referências e Atividades	
	Discentes.	35
Anex	to II-Calendário Escolar - 2023/2024	60
Com	entário Crítico ao Projeto Pedagógico da Especialização Multiprofissional en	n
	Atenção Psicossocial – Produto Educacional	61



Projeto Pedagógico Curso de Especialização Multiprofissional em Atenção Psicossocial

Unidade Centro de Atenção Psicossocial "Prof. Luiz da Rocha Cerqueira" CAPS Itapeva

> São Paulo Maio 2022



I- Identificação da Instituição

O Centro de Formação de Recursos Humanos para o SUS/SP "Doutor Antônio Guilherme de Souza", com sede localizada a Rua Dona Inácia Uchôa 574 - Vila Mariana - SP; CEP: 04110-021 foi instituído pelo Decreto nº 51.767 de 19 de abril de 2007 fazendo parte da estrutura do Grupo de Seleção e Desenvolvimento de Recursos Humanos - GSDRH da Coordenadoria de Recursos Humanos - CRH da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo - SES/SP e tem como uma de suas instituições vinculadas, o Centro de Atenção Psicossocial Prof. Luís da Rocha Cerqueira (CAPS Itapeva), serviço que compõe a Rede de Atenção Psicossocial, voltado para o cuidado em Saúde Mental.

O **CAPS Itapeva** foi criado em 1987 como um projeto da Secretaria Estadual de Saúde. Considerado o primeiro serviço desta modalidade no Brasil, foi estabelecido no contexto das Reformas Sanitária e Psiquiátrica e, desde então, tendo servido como campo de experiências pioneiras que contribuíram para a elaboração das políticas públicas em Saúde Mental e de normativas que regem este campo.

Em 2001 foi publicada a Lei 10.216, que sistematizou as diretrizes para o trabalho dos serviços de saúde mental e os direitos dos usuários atendidos. Os CAPS foram regulamentados como Política Pública de Saúde Mental pela Portaria nº 336, de 2002, como "lugar de referência e tratamento para pessoas que sofrem com transtornos mentais, [...] cuja severidade e/ou persistência justifiquem sua permanência num dispositivo de cuidado intensivo, comunitário, personalizado e promotor de vida".

A partir de 2011, os CAPS passam a integrar a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), composta por serviços de saúde dos diversos níveis de assistência. Cada CAPS deve ser referência em saúde mental para seu território, respeitando uma região adstrita, e têm como algumas de suas funções:



- Prestar atendimento clínico em regime de atenção diária, reduzindo a necessidade de internações em serviços hospitalares;
- Acolher e atender a pessoas com transtornos mentais graves e persistentes, procurando preservar e fortalecer os laços sociais do usuário em seu território;
- Dar suporte a atenção à saúde mental na rede básica, por meio de ações de matriciamento;
- Articular estrategicamente a rede e a política de saúde mental numa determinada área de abrangência;
- Promover a reabilitação psicossocial e a cidadania por meio do acesso à cidade, ao trabalho, ao lazer, ao exercício dos direitos civis e do fortalecimento de laços familiares e comunitários.

Atualmente, o CAPS Itapeva é um Centro de Atenção Psicossocial Adulto II, de referência para parte do território da Subprefeitura Sé (Região Centro), com uma população aproximada de 380.000 habitantes e constituída pelos bairros da Consolação, Higienópolis, Santa Cecília, Vila Buarque, Campos Elíseos, Cerqueira Cesar, Bela Vista, Cambuci, Aclimação e parte da Liberdade.

De acordo com o levantamento de 2016 realizado por pesquisa do Observatório Social vinculado à Prefeitura do Município de São Paulo (disponível em

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia social/obs ervatorio social/pesquisas/index.php?p=18626, no centro de São Paulo encontra-se a maior renda familiar do município, com altos índices de urbanização e serviços de saneamento básico, o menor percentual de população em favelas (por região) e o menor coeficiente de mortalidade por homicídios. Paradoxalmente, é também ali que se concentra a maior população de rua da cidade, estimada por esta pesquisa em 52,7% do total do município, É a região com maior número de idosos em relação à



população total e com maior incidência e mortalidade decorrentes de agravos associados à AIDS.

Além da dimensão assistencial, o CAPS teve, desde sua implementação, o objetivo de funcionar como campo de formação, procurando viabilizar a construção de novas tecnologias no âmbito da Atenção Psicossocial e promover a formação de profissionais qualificados para o trabalho em saúde mental pública.

Em 2007 foi firmado convênio entre Secretaria de Estado da Saúde e a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), com interveniência da Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM). Esta Organização Social segue administrando o serviço até o momento atual.

O Núcleo de Ensino e Pesquisa (NEP) do CAPS Itapeva é composto por uma equipe multiprofissional, cujos profissionais assumem funções de supervisores, tutores, professores e orientadores, além de impulsionar a formação continuada dos profissionais da rede pública de atenção à saúde, alinhados com as diretrizes do SUS.

Ele é o principal responsável pelo planejamento, monitoramento e acompanhamento de todas as atividades didáticas realizadas na instituição.

O CAPS tem como algumas de suas ações de ensino:

- Ser campo para Residências Médica e Multiprofissionais através de parcerias com Universidades;
- Ser campo de estágio para estudantes das graduações em Psicologia,
 Enfermagem, Terapia Ocupacional e Medicina;
- Ser campo de estágio para estudantes da pós-graduação em Programas relacionados à Saúde Mental.
- Realização de cursos gratuitos sobre temas ligados à Saúde Mental, ministrados pela equipe da instituição e convidados, voltados para profissionais da rede de atenção à saúde e da assistência social, estudantes universitários e para o público em geral.



QUADRO 1. Descrição de instalações físicas disponíveis para ações formativas CAPS – Itapeva

Dependência	Descrição	Área (m²)	Capacidade (nº de pessoas)
1-Sala de Reuniões	Utilizada para reuniões e ações de formação, composta por uma mesa grande, computador com acesso a internet, infraestrutura para uso de projetor e cadeiras.	16	16
2-Auditório	Utilizado para diversas atividades de formação e reuniões maiores no cotidiano da instituição, tem sistema audiovisual completo, ar condicionado e cadeiras com apoio para escrita.	138	100
3-Sala de Aula NEP	Prioritária para as ações de ensino, conta com computador com acesso a internet, projetor e ar condicionado. Conta com cadeiras com apoio para escrita.	20	25
4-Biblioteca	Não temos uma sala especificamente reservada para a biblioteca. Nosso acervo de livros, monografias e outras publicações são organizadas em armários e catalogadas, para acesso de profissionais e estudantes. Além disso, nos computadores da instituição são utilizados pelos alunos para buscas em ambientes virtuais.		





Fig 01 - Sala de reuniões

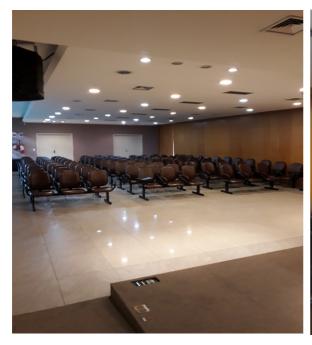






Fig 02 - Auditório



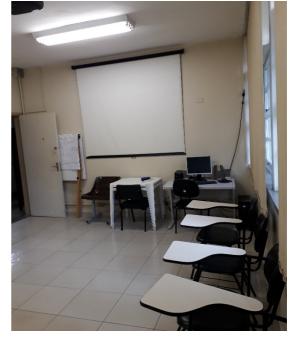


Fig 03 - Sala de Aula NEP





Fig 04 - Biblioteca

II - Identificação do Curso

Curso de Especialização Multiprofissional em Atenção Psicossocial

III - Público alvo

Graduados em Psicologia, Terapia Ocupacional, Serviço Social, Enfermagem

IV- Justificativa

Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), no Atlas de Saúde Mental 2017 apontam que os transtornos mentais de cerca de 450 milhões de pessoas estão longe de receber a mesma relevância dada à saúde física, sobretudo nos países em desenvolvimento. Estima-se que os transtornos mentais e de comportamento respondam por 12% da carga mundial de doenças, enquanto as verbas orçamentárias para a saúde mental na maioria dos países representem menos de 1% dos seus gastos totais em saúde; além disso, 40% dos países carecem de políticas de saúde mental e mais de 30% sequer possuem programas nessa área. Os dados apontam, que os custos indiretos gerados pela desassistência – relacionados ao aumento da duração dos transtornos e das incapacitações decorrentes destes – acabam por superar os custos diretos.

Embora alguns países tenham feito progressos na formulação e no planejamento de políticas de saúde mental, ainda há uma escassez em todo o mundo de profissionais de saúde especializados nessa área e a necessidade de intervenções e inovação das práticas de cuidado na saúde mental, capazes de responder de forma efetiva a essa crescente demanda.

Segundo o Plano de Ação Abrangente de Saúde Mental da OMS (2020-



2030), dá ênfase que cuidados de saúde mental com base na comunidade, que respeitam os direitos humanos e focam na recuperação estão tendo sucesso e benefícios econômicos. A prestação de serviço deve ser abrangente, integrado e responsivo de saúde mental e assistência social atuar em contextos comunitários, e implementar o fortalecimento de sistemas de informação, evidência e pesquisa em saúde mental.

No Brasil com a prevalência de 3% de transtornos mentais severos e persistentes e 6% de dependência química (Mental Health atlas 2017), - pode-se apontar como fatores determinantes para a Construção de uma Política de Saúde o redireccionamento do cuidado em Saúde Mental para Rede extra-hospitalar, que consolidou o modelo assistencial dos CAPS que assumem especial relevância no cenário das novas práticas em saúde mental no país, configurando-se como dispositivo estratégico para a reversão do modelo hospitalar e articulação das RAPS em seus sete eixos, a saber: Atenção básica em saúde, Atenção psicossocial especializada, Atenção de urgência e emergência, Atenção residencial de caráter transitório, Atenção hospitalar, Estratégias de desinstitucionalização e Reabilitação psicossocial.

Tal cenário nos apresenta a necessidade de fortalecer as inter-relações entre subjetividade, gestão dos processos de trabalho e clínica; a aproximação rigorosa de tais domínios requer profissionais cuja visão se forme em contato íntimo com esta realidade e com este contexto assistencial, como forma de possibilitar uma produção consistente de conhecimento desta interface, extremamente escassa e necessária, entre saúde coletiva e saúde mental.

Freitas (2010) destaca a demanda por mudanças na educação, para uma formação focada na competência do pensar e na capacidade reflexiva dos indivíduos se relacionar tanto com mudanças nos padrões produtivos,



ou seja, com padrões cognitivos que respondam às demandas capitalistas e neoliberais, quanto a dimensões éticas, de "escolhas e compromissos assumidos pelos sujeitos em seus contextos de práticas pessoais e profissionais" (p. 225). Para tal discussão, a autora escolhe dialogar com o Sociólogo Boaventura Santos, que em sua crítica da modernidade afirma a importância do desenvolvimento de uma inquietação epistemológica, que valorize e possibilite tanto a aquisição de conhecimento, quanto a crítica ao conhecimento estabelecido, formando subjetividades emancipatórias e comprometidas com a transformação social.

Por ser o primeiro CAPS do Brasil e única unidade vinculada ao Estado, o CAPS Itapeva tem como função primordial a multiplicação dos princípios, práticas e paradigmas da Reforma Psiquiátrica e da Rede de Atenção Psicossocial por meio da formação de profissionais qualificados para a Política Pública de Saúde Mental ainda pouco abordada nos cursos de graduação em saúde.

V - Objetivo geral

Formar profissionais especializados, qualificados e críticos para o trabalho na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), e outras políticas correlatas, por meio do desenvolvimento de competências em manejos no campo da atenção psicossocial, incluindo práticas clínicas alinhadas às especificidades de cada categoria profissional.

VI - Requisitos de acesso

Graduado em curso de Enfermagem, Psicologia, Terapia Ocupacional, Serviço Social para área de Atenção Psicossocial.

Ter concluído curso superior, sendo o curso e a Instituição de Ensino, reconhecidos pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Estadual de Educação.



Todos os profissionais devem possuir Registro ou Protocolo no Conselho Profissional da Classe quando houver.

VII - Perfil profissional

No final do curso espera-se um especialista com conhecimento amplo dos Princípios e funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS), apropriação dos aspectos teórico e prático do campo da Saúde Mental e Atenção Psicossocial e que tenha visão crítica da prática profissional, tornando-se apto a exercer funções nos diversos pontos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e/ou em outras políticas correlatas, de forma competente, autônoma, ética e comprometida com a busca da melhoria contínua do SUS.

VIII- Organização Curricular

O curso terá duração de 1752h (duzentos e dezenove dias letivos), das quais 488 horas dedicadas a atividades teóricas e 1264h dedicadas a atividades práticas. Estará estruturado em três módulos, a saber: I - Núcleo Comum; II - Núcleo Específico Teórico - Atenção Psicossocial e III - Núcleo Específico Prático (incluso 160h de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC). A organização dos componentes destes núcleos está discriminada no Quadro 2, a seguir.

Quadro 3. Organização dos componentes curriculares.

	Componente Curricular	Carga Horária Teórica (h)	Carga Horária Prática (h)	Total (h)
Núcleo	Políticas Públicas de Saúde	32		32



Comum	Metodologia de Pesquisa	32		32
	Ética	24		24
	Inovação Tecnológica	16		16
	Reforma Psiquiátrica Brasileira	24		24
	Atenção Psicossocial I: Clínica ampliada	64		64
Núcleo Específico	Atenção Psicossocial II: Intervenções	64		64
Teórico – Atenção Psicossocial	Atenção Psicossocial III: Trabalho em equipe e construção de Projetos Terapêuticos Singulares	88		88
	Desenvolvimento do Raciocínio Clínico	144		144
Núcleo	Prática Profissional		1104	
Específico Prático	Elaboração do TCC		160	
	Total	488	1264	1752

IX- Plano de Desenvolvimento das atividades da Prática Profissional e infraestrutura da Biblioteca

A- Previsão de atividades discentes

O Curso de Especialização Multiprofissional em Atenção Psicossocial tem como pilar a inserção do aluno na equipe multiprofissional do CAPS e na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), com sua participação nos diferentes dispositivos que compõem as ações de Reabilitação Psicossocial e articulação de Rede Intra e Intersetorial.



As ações assistenciais realizadas englobam as diversas modalidades previstas na RAPS. Assim, conforme as necessidades identificadas caso a caso e incluídas no Projeto Terapêutico Singular (PTS) dos usuários atendidos no CAPS, são oferecidos atendimentos individuais, em grupos e diversas outras ações de reabilitação psicossocial, como medicação assistida, oferta de banho ou fornecimento de refeições, agenciamento de projetos de geração de renda e cultura. As famílias e outros vínculos afetivos do campo de relações dos usuários são considerados partes importantes no contexto do tratamento, podendo ser atendidos e orientados. Visitas domiciliares e outros atendimentos fora do espaço do CAPS podem ser organizados para um conhecimento aprofundado do contexto do sujeito atendido e ampliação dos repertórios de vida e autonomia. Estas ações são conduzidas por equipe multiprofissional, que conta atualmente com enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, sociais, médicos psiquiatras, psicólogos, assistentes ocupacionais, arte terapeuta e pedagoga. Espera-se, com o conjunto das ações, favorecer a (re)construção da cidadania, da autonomia, e da capacidade de estabelecer relações interpessoais.

O plano de prática dos alunos inclui as seguintes atividades:

I. Reuniões com o Núcleo de Ensino e Pesquisa

Encontros sistemáticos entre alunos e a equipe do NEP (profissionais responsáveis pela condução da especialização) discussão das atividades específicas da formação e do cotidiano de trabalho, entre outras questões que se façam pertinentes, com a possibilidade de inclusão de pautas conforme surgimento de demandas.

II. Atividades Institucionais com presença obrigatória

Os alunos serão distribuídos entre as três equipes de trabalho e CEFOR/SUS/SP- Rua Dona Inácia Uchoa, 574 – Vila Mariana – SP- CEP 04110-021 - Fone: PABX: 5080-7400



referência compõem CAPS, priorizando que 0 composição Deverão participar das atividades do multiprofissional. cotidiano desenvolvidas por estas. Alguns espaços e dispositivos de trabalho são considerados indispensáveis para a formação profissional no contexto de um CAPS e para a apreensão do funcionamento atual da instituição. São estes:

a. Reuniões de Equipe

Ocorrem semanalmente. A presença é obrigatória a todos os profissionais e alunos da instituição para discussão mais aprofundada dos casos e dos fluxos institucionais.

b. Grupo de Referência

É considerado neste CAPS como espaço mínimo de cuidado dos usuários, de modo que todos os usuários têm como parte de seu Projeto Terapêutico Singular (PTS) a frequência em um destes grupos. Cada aluno deve participar regularmente de ao menos um grupo de sua equipe.

c. Apoio matricial e articulação de rede - ações externas

Uma das atividades centrais no CAPS no contexto da RAPS são as ações de apoio matricial e de articulação de rede. Estas são as ações que colocam o CAPS em relação com outros serviços do território – como Unidades Básicas de Saúde, Ambulatórios, Centros de Acolhida, Pronto Socorros e outros tantos pontos de atenção que compõem a rede assistencial. Estas ações usualmente se dão no próprio território, viabilizando a circulação dos alunos por diferentes modalidades de equipamentos do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Aos alunos é solicitada a participação em ao menos uma atividade de apoio matricial ou articulação de rede com frequência regular.



d. Assembleia

Espaço de reunião semanal para discussão do cotidiano do CAPS e questões pertinentes às políticas de saúde mental e afins, composto por usuários (as), familiares e profissionais, com possibilidade de participação também de convidados.

e. Acolhimento

O acolhimento é o dispositivo institucional responsável pela ambiência e pelo atendimento inicial à população que procura o CAPS. Este é um serviço de porta aberta, que atende tanto demandas espontâneas quanto encaminhamentos feitos por outros serviços, respeitado o critério de regionalização. A equipe que compõe o acolhimento é multiprofissional e este atendimento inicial visa esclarecer as queixas e demandas apresentadas, iniciando processo de avaliação de que cuidados são necessários a cada caso. O acolhimento também fica na retaguarda para manejo de imprevistos do dia e assistência a eventuais situações de crise. Todos os profissionais e alunos tem em suas grades horárias um período semanal de acolhimento em que esta é a atividade agendada, com presença obrigatória.

f. Grupos, oficinas e demais projetos

Para além de oferecer cuidados em atendimentos tradicionalmente reconhecidos como espaços clínicos, ou mesmo ações como visitas domiciliares, abordagens de rua e acompanhamentos externos, o CAPS conta com diversos dispositivos de promoção de cuidados. Existem grupos e oficinas verbais, de cultura e expressão, de práticas teatrais, cinema, futebol, culinária, entre outros. Existem ainda os espaços de geração de renda e economia solidária. Os alunos são incentivados a conhecer estes espaços e a comprometerem-se no acompanhamento regularmente ao



menos um dos grupos ou oficinas.

Observação: No início da prática os alunos terão circulação livre pelos diferentes espaços do serviço, de modo a conhecer o funcionamento global da instituição. Após este período, deverão estabelecer quais serão seus compromissos fixos, contemplando as atividades obrigatórias supracitadas e considerando as especificidades das equipes em que estarão alocados. As equipes se responsabilizam por diferentes microrregiões e são referência para certo número de usuários, de modo que cada equipe tem algumas particularidades em relação à organização cotidiana do processo de trabalho. As modalidades de intervenção e tipos de dispositivo, entretanto, são comuns entre as equipes e pactuadas institucionalmente.

g. Atividades Específicas

O funcionamento cotidiano se dá de forma interdisciplinar, mas as especificidades profissionais são reconhecidas e construídas nas práticas das miniequipes ou em atividades exclusivas. Cada especializando tem como referência um profissional de sua formação para acompanhamento próximo e desenvolvimento do raciocínio do núcleo de saber.

Os enfermeiros fazem parte da organização das rotinas específicas da Sistematização da Assistência em Enfermagem (SAE), como consulta de enfermagem, prescrição de enfermagem, escala do posto de enfermagem e administração medicamentosa.

Assistentes Sociais participam das atividades do Escritório de Direitos e Cidadania, com enfoque na orientação e acompanhamento de usuários em questões jurídicas e sociais – como benefícios socioassistenciais, questões de moradia e apoio familiar.

Os Terapeutas Ocupacionais e Psicólogos podem assumir o acompanhamento clínico de usuários indicados pela miniequipe.



B- Plano para Elaboração do TCC:

Serão destinadas 160 horas para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso como requisito básico para obtenção do título de especialista, que busque sistematizar, por meio de pesquisas ou construções teóricas, as experiências vivenciadas ao longo do ano. Para tanto podem ser realizados trabalhos com metodologias quantitativas e/ou qualitativas.

Os alunos desenvolverão, em conjunto com o orientador, o projeto que deverá versar sobre assuntos abordados durante o curso tendo, portanto, relevância e pertinência temática ao campo da Saúde Mental. Os projetos que envolverem pesquisas com seres humanos deverão ser submetidos à Plataforma Brasil (base nacional unificada de registro de tais pesquisas) para avaliação ética. A atividade prática da pesquisa será realizada no CAPS ou em outros serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) quando necessário, nos meses estabelecidos no Plano de Atividade desenvolvido pelo aluno e orientador no início do projeto. A busca de referenciais teóricos e a redação do TCC poderão ser realizadas na biblioteca do CAPS Itapeva e de instituições parceiras, assim como no ambiente virtual. Após a conclusão do TCC, haverá um seminário com a apresentação dos trabalhos. Os trabalhos produzidos no CAPS Itapeva poderão ser indexados na base de dados da Biblioteca Virtual em Saúde Rede de Informação e Conhecimento - BVS RIC – SES-SP.

C- Bibliotecas e formas de acesso

Os alunos contam com o acervo eletrônico da BVS RIC – SES-SP localizada à Av. Dr. Arnaldo nº 351, anexa a o Instituto Adolfo Lutz. A BVS se trata de uma rede de Informação e Conhecimento resultante do Projeto Gestão de Informação Técnico Científica, realizado em 2006 pela SES/SP, em parceria com a Bireme/OPAS/OMS. Tem como objetivo contribuir para



o fortalecimento da gestão da informação e conhecimento em saúde no Estado de São Paulo, permitindo acesso equitativo e universal às fontes de informação relevantes em saúde. O acesso à BVS pode ser realizado por meio do endereço eletrônico: https://ses.sp.bvs.br/ e por *e-mail* disponível no *site*.



Fig. 05 - Instalação física da Biblioteca Virtual de Saúde - BVS

X - Relação do Corpo Docente e Técnico Administrativo

A - Corpo Técnico Administrativo

Nome completo	Formação/Titulação	Função
Thais Graziela F. Cavalcante	Enfermagem/Mestrado	Coordenadora
Cássia Garcia Gomes	Psicologia/Especialização	Suplente de



		Coordenação
Karina Regina Romano	Ensino Superior/ Aux. Administrativa	Apoio administrativo
Heloisa Helena de Souza Barbosa	Educação Física/Especialização	Secretario Escolar

B - Relação Corpo Docente

B1 - Núcleo Comum

Nome do Componente Curricular	Nome Completo	Formação/ Titulação	Endereço do Curriculum lattes
Políticas Públicas de Saúde	Cláudio Cobianchi	Psicólogo/ Mestre	http://lattes.cnp q.br/462630004 8414877
Metodologia de Pesquisa	Mariana S. de Giorgio Lourenço	Terapeuta Ocupaciona I/ Doutora	http://lattes.cnp q.br/086041168 1732717
Ética	Daniele Akemi Iwazawa Okino	Psiquiatra/ Mestre	http://lattes.cnp q.br/349476873 0999433
Inovação Tecnológica	Cássia Garcia Gomes	Psicóloga/ Especialista	http://lattes.cnp q.br/310122872 3257344

B2 – Núcleo Específico Teórico – Atenção Psicossocial

Nome do Componente Curricular	Nome Completo	Formação/ Titulação	Endereço do Curriculum lattes
Reforma Psiquiátrica Brasileira	Cláudio Cobianchi	Psicólogo/ Mestre	http://lattes.cnp q.br/462630004 8414877
Atenção Psicossocial I: Clínica Ampliada	Denise Diba	Terapeuta Ocupaciona I/Mestre	http://lattes.cnp q.br/346257056 2473699



Atenção Psicossocial II: Intervenções	Mariana S. de Giorgio Lourenço	Terapeuta Ocupaciona I/Doutora	http://lattes.cnp q.br/086041168 1732717
Atenção Psicossocial III	Karine Cândido Rodrigues	Psicóloga/ Mestre	http://lattes.cnp q.br/927235324 6245437
Desenvolvimento do Raciocínio Clínico	Thais Graziela F. Cavalcante	Enfermeira / Mestre	http://lattes.cnp q.br/878116508 4986245

B3 - Núcleo Específico prático

Área	Nome completo	Formação/ Titulação (a área de)	Endereço Curriculum lattes
Enfermagem	Fábio Eduardo Leão dos Santos	Enfermeiro/ Especialista	http://lattes.cnpq. br/520739215753 2531
Psicologia	Karine Cândido Rodrigues	Psicóloga/ Mestre	http://lattes.cnpq. br/927235324624 5437
Terapia Ocupacional	Denise Diba	Terapeuta Ocupacional/ Mestre	http://lattes.cnpq. br/346257056247 3699
Serviço Social	Lúcia Camargo	Assistente Social/ Especialista	http://lattes.cnpq. br/862369112384 4858

XI - Exigências para a Matrícula

O ingresso ao curso se dá através de Processo Seletivo, que compreende 2 fases: a primeira fase constará de prova escrita, com questões básicas de Políticas Públicas de Saúde, Políticas Públicas de Saúde Mental, Políticas Públicas de Assistência Social, Clínica Ampliada e CEFOR/SUS/SP- Rua Dona Inácia Uchoa, 574 – Vila Mariana – SP- CEP 04110-021 - Fone: PABX: 5080-7400



Reabilitação Psicossocial, elaboradas com base em bibliografia disponibilizada no Edital do Processo Seletivo; a segunda fase constará de prova prática e análise do *Curriculum vitae* com entrevista presencial, realizada pela banca examinadora, e será aplicada aos candidatos aprovados na primeira fase, seguindo pontuação previamente estabelecida e divulgada em edital. A média estabelecida e a classificação são realizadas em ordem decrescente de notas.

Para a matrícula o aluno deverá:

- 1-Ter sido aprovado no Processo seletivo;
- 2-Apresentar toda documentação abaixo:
 - 2.1-Documento de Identidade-RG, se estrangeiro RNE;
 - 2.2-CPF;
 - 2.3-Diploma e Histórico Escolar da Graduação;
 - 2.4-Título de Eleitor com quitação com obrigações eleitorais;
 - 2.5-Quitação com Serviço Militar se do sexo masculino;
- 2.6-Comprovante ou protocolo de inscrição junto ao Conselho de Classe específico;
 - 2.7-Comprovante de residência;
 - 2.8-1 foto 3x4;
- 2.9- Apresentação da carteira de vacinação atualizada com as vacinas: dupla adulto, tríplice viral, hepatite B, COVID 19.

XII - Número de vagas

O número de vagas a ser oferecido será de 16 (dezesseis) por turma

XIII - Critérios de Avaliação



A avaliação de processos de aprendizagem de profissionais de saúde deve estar diretamente atrelada ao objetivo do curso e, portanto, ao perfil do profissional que se pretende formar.

O processo ensino-aprendizagem para profissionais da saúde no seu campo de atuação apresenta aspectos muito diferenciados daquele efetuado em salas de aula. As relações que fazem parte do processo incluem, além da docente-discente, as com os usuários e a equipe de trabalho. Quanto aos conteúdos, integram-se os de caráter técnico-informativos às questões formativas éticas, morais, psicológicas, ligadas às relações sociais aí estabelecidas (GARCIA, 2001).

Construir o processo de ensino-aprendizagem de modo participativo, dialógico, reflexivo, multidirecional e conectado com a realidade, sugere também outros significados e práticas de avaliação.

A avaliação precisa ser processual e formativa, deve possibilitar a inclusão, a construção e autonomia, o diálogo e as reflexões coletivas, na busca de respostas e caminhos para os problemas identificados. Desta forma estratégias como os registros de aula, a autoavaliação, a observação e o diálogo; ou as avaliações por módulos, têm sido usados como norteadoras desse processo.

Cada Componente Curricular terá pelo menos 2 avaliações para composição da média.

Será exigida para conclusão do curso, a elaboração e apresentação de um Trabalho de conclusão do Curso - TCC. A definição do tema e do orientador acontecerá em conjunto entre a coordenação, docente e aluno.

O TCC versará sobre assuntos vistos e vivenciados pelo aluno durante o curso. O orientador do TCC preencherá um plano de atividades do aluno, que indicará as atividades que serão realizadas no período, tanto para projetos e quanto para revisão/atualização bibliográfica.



Será aprovado o aluno que obtiver no mínimo 75% de frequência em cada componente curricular, a nota mínima de sete (7) inteiros e a entrega e nota mínima no TCC.

XIV - Requisitos para obtenção do Certificado de Conclusão

Será conferido aos alunos concluintes dos Cursos de Especialização o respectivo Certificado de Especialista em Atenção Psicossocial.

Para obtenção do certificado de conclusão é necessário que o aluno cumpra os seguintes requisitos:

- I Frequência de 75%, no mínimo, da carga horária prevista em cada componente curricular.
- II Ter obtido a nota mínima 7,0 (inteiros) para aprovação em cada componente curricular
- III Ter apresentado Trabalho de conclusão de curso e obter no mínimo nota 7,0 (sete) até o final do curso.

Os certificados expedidos serão registrados em livro próprio, com o respectivo histórico escolar do qual constarão obrigatoriamente:

- 1. Módulos/Componentes Curriculares do curso, com a carga horária respectiva, nota de avaliação e o nome do docente responsável.
- 2. Conceito final global de aproveitamento e percentual global de frequência;
 - 3. Período em que foi ministrado o curso e sua carga horária total;
 - 4. Data de emissão;
- 5. Título do TCC, com a respectiva nota, com o nome do orientador, formação e titulação
- 6. Ato legal de credenciamento e aprovação do Curso junto ao Conselho Estadual de Educação da Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo.



Anexo I- Ementário dos Componentes Curriculares com Referências e Atividades Discentes.

Anexo II- Calendário Escolar 2023/2024

São Paulo, 14 de maio de 2022

Ana Beatriz Braga de Carvalho RG 7.358.743-6 Diretora



Anexo I-Ementário dos Componentes Curriculares com Referências e Atividades Discentes.

Módulo I - Núcleo Comum = 104hs

A. Componente Curricular - Políticas Públicas de Saúde - 32hs

1. Ementa

Desenvolvimento da Saúde Pública do Brasil, seus impasses, desafios e possibilidades. Perspectiva histórico-social. Noções de: Políticas Públicas em Saúde no Brasil. SUS: Direito e, Proteção Social. SUS: Legislação. Princípios do SUS. O Financiamento do SUS.

2. Conteúdo Programático

- a. Desenvolvimento histórico e conformação das Políticas de Saúde no Brasil
- b. Políticas Públicas, Modelos de Proteção Social e Saúde no Brasil e de outros países
- c. Legislação do Sistema Único de Saúde SUS: Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, artigos 196 a 200
- d. Lei 8080, 19 de setembro de 1990
- e. Lei 8142, 28 de dezembro de 1990
- f. Decreto 7508, 28 junho de 2011
- g. Princípios Constitucionais do SUS: Universalidade, Equidade Integralidade
- h. Princípios Organizativos do SUS
- i. O SUS como projeto político, ético e sanitário: condições de vida e modelo de atenção à saúde
- j. O Financiamento em Saúde: mecanismos, repasse e alocação, estrutura do gasto público e privado

3. Metodologia e Recursos Áudio Visuais:



Exposição dialogada, metodologias ativas e ágeis, ensino à distância, trabalhos em grupo.

4. Referências

- a. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Artigos 196 a 200.
- b. BRASIL. Decreto 7508, 28 de jun. 2010.
- c. BRASIL. Lei 8080, 19 de setembro de 1990.
- d. BRASIL. Lei 8142, de 28 de dezembro de 1990.
- e. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 399/GM de 22 de fev. 2006. Dispõe sobre o Pacto pela Saúde: Em defesa do SUS, Pela Vida e Gestão, 2006. Brasília. DF; 2006.
- f. Centro de Educação e Assessoramento Popular (CEAP). O SUS e a efetivação do direito humano à saúde. 2. ed. Passo Fundo: Passografic Libri; 2020. http://www.formacontrolesocial.org.br/
- g. Conill EM. Sistemas comparados de saúde. In: Campos, GWS. et al. (org.). Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo: Hucitec, 2012, p. 563-614.
- h. Gomes FG. Conflito Social e Welfare State: Estado e Desenvolvimento Social no Brasil, in Revista de Administração Pública, nº 40. São Paulo, 2006.
- i. HISTÓRIA DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL. Direção de Renato Tapajós, (1h.2m) Ministério da Saúde, 2006.
- j. Mendes EV. As redes de atenção à saúde. Ciênc. saúde coletiva [online]. 2010, vol.15, n.5 [cited 2021-02-19], pp.2297-2305.



- k. Monteiro Jr CC. "Institutos de Pesquisa da Secretaria da Saúde de São Paulo: Uma Aproximação Hemerográfica, ou Tudo Começou com a Varíola". Capítulo I. São Paulo, PDF, 2016.
- I. Morosini MVGC, Fonseca A, Baptista TWF. Previne Brasil, Agência de Desenvolvimento da Atenção Primária e Carteira de Serviços: radicalização da política de privatização da atenção básica? Cadernos de Saúde Pública [online]. 2020, v. 36, n. 9, e00040220.
- m. Noronha JC, Lima LD, Machado CV. O Sistema Único de Saúde SUS. In: Giovanella L, Escorel S, Lobato LVC, Noronha J C, Carvalho A I.(Org.) POLÍTICAS E SISTEMA DE SAÚDE NO BRASIL, 2ª edição revista e ampliada. Editora Fiocruz e CEBES, RJ, 2012.
- n. Oliveira RG. et al. (Org.). Qualificação de gestores do SUS. Rio de Janeiro, RJ: EAD/Ensp, 2009, p.77-95.
- o. Paim J. et al. O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios. THE LANCET, 2011. DOI 10.1016/S0140-6736 (11) 60054-8.
- p. Pain JS. Modelos de Atenção à Saúde no Brasil in Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil, Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2006.
- q. Rolim LB. et al. Participação popular e o controle social como diretriz do SUS: uma revisão narrativa. Saúde em Debate. Rio de Janeiro, v.37, n.96, p. 139-147, jan/mar 2013.
- r. Souza L E P F, Paim J S, Teixeira CF, Bahia L, Guimarães R, Almeida-Filho N. et. al. Os desafios atuais da luta pelo direito universal à saúde no Brasil. *Ciênc. Saúde Colet. 2019; 24(8): 2783-2792.*
- s. Teixeira MGLC. et al. Vigilância em saúde no SUS: construção, efeitos e perspectivas. Ciênc. Saúde Colet. 2018; 23 (6): 1811-1818.



t. Ugá MA. et al. Financiamento e alocação de recursos em saúde no Brasil. In: GIOVANELLA, L. et al. (Orgs.). Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz e Cebes, 2012, p. 395-426.

u. Victora CG. et al. Condições de saúde e inovações nas políticas de saúde no Brasil: o caminho a percorrer. THE LANCET. London, p.90-102, maio. 2011.

5. Atividades discentes: estão previstas atividades individuais como, leituras e análise de textos; narrativas e elaboração de sínteses que contemplam as principais ideias do conteúdo abordado; autoavaliação e avaliações de processos de aprendizagem, entre outros. Estão previstas atividades em grupos no AVA/EADSES, por meio de fóruns, *chats* e/ou presencial para discussões, seminários e elaboração de sínteses sobre os temas abordados; atividades *gamificadas* com intuito de envolvê-los e engajá-los na resolução de desafios relacionados às práticas de Atenção Psicossocial e estudos de casos; exercícios práticos das ferramentas utilizadas no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial

B.Componente Curricular - Metodologia de Pesquisa -32hs

1. Ementa

Tipos de pesquisa. Processo do conhecimento científico. Normas para elaboração e apresentação do Projeto de Pesquisa. Investigação científica na área de saúde. Desenho de Pesquisa.

2. Conteúdo Programático

Tipos de pesquisa

Pesquisas quantitativas



Pesquisas qualitativas

Projetos de intervenção

Processo do conhecimento científico

Normas para elaboração e apresentação do Projeto de Pesquisa

Investigação científica na área de saúde. Desenho de Pesquisa

Ferramentas para apoio a pesquisa

Ferramentas para busca bibliográfica em bases de dados

Produção científica

3. Metodologia e Recursos Áudio Visuais:

Exposição dialogada, metodologias ativas e ágeis, ensino à distância, trabalhos em grupo.

4. Referências

- a. Gerhardt TE, Silveira DT. (org.). Métodos de pesquisa. Universidade Aberta do Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf
- b. Gerhardt TE, Silveira DT. Métodos de Pesquisa. Ed. da UFRGS; 2009.
- c. Gerhardt, T. E. (2009). Métodos de pesquisa.[organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil-UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica-Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 31-32.
- d. Gil AC. Métodos e técnicas de pesquisa social. 4. ed. Atlas; 1994.
- e. Gil AC. Como elaborar projeto científico. 7.Ed. Barueri-SP: Atlas; 2022. 208p.
- f. Gil AC. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2010.
- g. Gil AC. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2014.



- h. Hulley SB. Cummings SR, Browner WS. Grady D, Hearst N, Newman TB. Delineando a pesquisa clínica uma abordagem epidemiológica. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- i. Lakatos, EV. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2000.
- j. Marconi MA. Lakatos EM. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2011
- k. Marconi, Marina de Andrade, and Eva Maria Lakatos. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed.-São Paulo: Atlas, 2003.
- I. Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 13. ed., São Paulo: Hucitec, 2013.
- m. Turato ER. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa [Qualitative and quantitative methods in health: definitions, differences and research subjects]. Rev. Saúde Pública. 2005 Jun;39(3):507-14. 2005.
- n. Vieira S, Hossne WS. Metodologia Científica para Área da Saúde. 3. Ed. Rio de Janeiro: GEN Guanabara Koogan; 2021.
- **5. Atividades discentes:** estão previstas atividades individuais como, leituras e análise de textos; narrativas e elaboração de sínteses que contemplam as principais ideias do conteúdo abordado; autoavaliação e avaliações de processos de aprendizagem, entre outros. Estão previstas atividades em grupos no AVA/EADSES, por meio de fóruns, *chats* e/ou presencial para discussões e elaboração de sínteses sobre os temas abordados; atividades *gamificadas* com intuito de envolvê-los e engajá-los na resolução de desafios relacionados às práticas de pesquisa em saúde e estudos de casos; exercícios práticos das ferramentas utilizadas no âmbito da pesquisa em saúde mental.



C. Componente Curricular - Ética - 24hs

1.Ementa

Integridade e conduta responsável em pesquisa

Ética animal

Ética nas pesquisas com seres humanos

2. Conteúdo Programático

A.Ética nas pesquisas com seres humanos

Pesquisa com seres humanos

Histórico de pesquisa com seres humanos

Legislação/Resoluções relacionado a pesquisa com seres humanos

Comitê de Ética em Pesquisa e trâmite de análise ética

Saúde e vulnerabilidade

Humanização

Lei Geral de Proteção de Dados

Termo de consentimento livre e esclarecido.

B.Ética animal

Ética animal

3R's (Replacement, Reduction, Refinement)

Legislação

CONCEA e o papel das comissões de ética no uso de animais

Sensciência e bem-estar animal

Métodos e modelos alternativos

Fatores que influenciam os resultados experimentais

C. Integridade e conduta responsável em pesquisa

Integridade na pesquisa científica e conduta responsável em ciência As más condutas e o panorama mundial

CEFOR/SUS/SP- Rua Dona Inácia Uchoa, 574 – Vila Mariana – SP- CEP 04110-021 - Fone: PABX: 5080-7400



Histórico de integridade na ciência e diretrizes

Normas, guias e políticas institucionais

Gestão e divulgação de dados em ciência

Auditoria e comunicação

Conflitos de interesse

Responsabilidades do tutor/orientador e do aluno/orientando

3. Metodologia e Recursos Áudio Visuais

Exposição dialogada, metodologias ativas e ágeis, ensino à distância, trabalhos em grupo, Rodas de conversa e Debates.

4. Referências

A. Ética nas pesquisas com seres humanos

- a. Diniz D, Guilhem D. O que é Bioética. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense; 2002.
- b. Palácios M. Bioética, Saúde e Sociedade. 1ª ed. Rio de janeiro: Fiocruz; 2019.
- c. Portaria MS 2201 de 14/09/2011, que estabelece as diretrizes nacionais para biorrepositório e biobanco de material biológico humano com finalidade de pesquisa.
- d. Rego S, Palácios M & Siqueira-Batista R. Bioética para Profissionais da Saúde. 2ª reimpressão. Rio de janeiro: Fiocruz; 2020.
- e. Resolução CNS 441 de 12/05/2011, que aprova as diretrizes para análise ética de projetos de pesquisa que envolvam armazenamento de material biológico humano ou uso de material armazenado em pesquisas anteriores.
- f. Resolução CNS 466 de 12/12/2012, que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

D. Ética Animal



- a. Brasil. Presidência da República. Lei Arouca. Lei N° 11.794, de 8 de outubro de 2008 [citado 10 out 2014]. Regulamenta o inciso VII do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelecendo procedimentos para o uso científico de animais; revoga a Lei n° 6.638, de 8 de maio de 1979; e dá outras providências. Disponível em: http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/310555/Legislacao.html. Acesso em 13 outubro 2014.
- b. Estados Unidos da América. American Veterinary Medical Association. AVMA Guidelines for the Euthanasia of Animals: 2013 Edition. Disponível https://www.avma.org/KB/Policies/Documents/euthanasia.pdf
- c. Brasil. MCTI. CONCEA. RN-30, de 02 de fevereiro de 2016 que aprova a Diretriz Brasileira para o Cuidado e a Utilização de Animais para fins Científicos e Didáticos DBCA.
- d. IL. Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal CONCEA. Resolução Normativa N° 13, de 20 de setembro de 2013. Baixa as Diretrizes da Prática de Eutanásia do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal CONCEA. Disponível em: http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/313178/Resolucoes Normativas.html. Acesso em 13 outubro 2014.
- e. Conselho Federal de Medicina Veterinária. Resolução N° 1000, de 11 de maio de 2012. Dispõe sobre procedimentos e métodos de eutanásia em animais e dá outras providências. Disponível em: http://www.cfmv.org.br/portal/legislacao/resolucoes/resolucao 1000.pdf. Acesso em 13 outubro 2014.
- f. Brasil. MCTI. CONCEA. Resoluções Normativas (1 a 30) aplicáveis à luz dos Princípios Éticos na Experimentação Animal elaborados pelo Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal CONCEA/MCTI. Disponível em: http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/313178/Resolucoes Normativas.html Acesso em 13 outubro 2014.
- g. Massone, F. Anestesiologia veterinária: farmacologia e técnicas. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
- h. Uso de Animais de Experimentação e Legislação Correlata: orientações sobre estudos com peixes e roedores, EMBRAPA Meio Ambiente, 2013, Jaguariúna, S.P. 1a edição eletrônica (2013). 27p. (ISSN 1517-5111).



- i. Chagas FB, D'Agostini FM. Considerações sobre a experimentação animal: Conhecendo as implicações éticas do uso de animais em pesquisas. Rev Redbioética/UNESCO, 2012, Ano 3, 2(6): 35-46.
- j. Guimarães MA, Mázaro R. Princípios éticos e práticos do uso de animais de experimentação. Capítulo I Ética na experimentação Animal. p 1-15. São Paulo: UNIFESP, 2004. 179p.

C. Integridade e conduta responsável em pesquisa

- a. Academia Brasileira de Ciências Academia Brasileira de Ciências. 2013. Rigor e Integridade na Condução da Pesquisa Científica, 13p.
- b. CNPq Relatório da Comissão de Integridade do CNPq, 2011.
- c. Código de Boas Práticas Científicas da FAPESP, 2014.
- d. Introduction to the Responsible Conduct of Research Department of Health and Human Services, USA, Nicolas H. Steneck, 2007.
- e. Segunda Conferência Mundial de Integridade na Pesquisa. 2010. Declaração de Singapura, Disponível em: <u>www.singaporestatement.org</u>
- **5. Atividades discentes:** estão previstas atividades individuais como, leituras e análise de textos; narrativas e elaboração de sínteses que contemplam as principais ideias do conteúdo abordado; autoavaliação e avaliações de processos de aprendizagem, entre outros. Estão previstas atividades em grupos no AVA/EADSES, por meio de fóruns, *chats* e/ou presencial para discussões, seminários e elaboração de sínteses sobre os temas abordados; atividades *gamificadas* com intuito de envolvê-los e engajá-los na resolução de desafios relacionados à ética no cuidado e na pesquisa e estudos de casos; incluindo filmes.

D. Inovação Tecnológica - 16hs

1.Ementa



Conceito de tecnologias e inovação. Ecossistema da inovação. Bases normativas e legais da inovação. Políticas de Inovação. Propriedade Intelectual. Prospecção e transferência de tecnologia. Processo de Inovação em Saúde. Inovação no Sistema Único de Saúde.

2. Conteúdo Programático

- a. Conceitos e Definições
- b. Diretrizes legais
- c. Importância da ciência e tecnologia para inovação
- d. Incentivos públicos e privados em ciência e tecnologia e Inovação
- e. Compliance
- f. Ecossistema da inovação
- g. Inovação e Tecnologia no sistema público de saúde
- h. Contexto internacional e nacional
- i. Agendas e estratégias de inovação

3. Metodologia e Recursos

Exposição dialogada, metodologias ativas e ágeis, ensino à distância, rodas de conversa.



4. Referências

a. ANPEI - Contribuições a uma agenda nacional de ciência, tecnologia e inovação. Disponível

em: https://anpei.org.br/download/2020/Contribuicoes a uma agenda n acional CTI.pdf

- b. BRASIL. Lei 13.243, de 11/01/16. Novo marco legal de Inovação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13243.htm
- c. Decreto nº 56.569, de 22 de dezembro de 2010. Cria os Núcleos de Inovação Tecnológica NITs, no âmbito das Instituições Científicas e Tecnológicas do Estado de São Paulo ICTESPs, das Secretarias de Estado que especifica e dá providências correlatas.
- d. Decreto Presidencial nº 10.886, de 7 de dezembro de 2021, que institui a Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual.
- e. Decreto Presidencial nº 9.245, de 20 de dezembro de 2017, que institui a Política Nacional de Inovação Tecnológica na Saúde (PNITS).
- f. Decreto Presidencial nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018. Regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, o art. 24, § 3º, e o art. 32, § 7º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o art. 1º da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, e o art. 2º, caput, inciso I, alínea "g", da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e altera o Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, para estabelecer medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.
- g. Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015, altera e adiciona dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação.



- h. Gadelha CAG, Costa LS. Saúde e desenvolvimento no Brasil: Avanços e desafios. Revista de Saúde Pública, v.46, supl., p.13-20, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rsp/2012nahead/co4193.pdf
- i. https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/192-politicas-publicas-para-pesquisa-e-inovacao-frente-a-covid-19
- j. INOVAÇÃO UMA NOVA CULTURA. Florianópolis: Instituto Anima Sociesc de Inovação, Pesquisa e Cultura; HB Editora, 2018. 343 páginas. Disponível em: https://conteudo.atake.com.br/Anima/2001/Inovacao-UmaNovaCultura.PDF
- k. IPEA. Políticas públicas para pesquisa e inovação frente à Covid-19. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/todas-as-publicacoes/publicacoes/193-politicas-publicas-para-pesquisa-e-inovacao-frente-a-covid-19
- I. Lei complementar nº 1.049, de 19 de junho de 2008. Dispõe sobre medidas de incentivo à inovação tecnológica, à pesquisa científica e tecnológica, ao desenvolvimento tecnológico, à engenharia não-rotineira e à extensão tecnológica em ambiente produtivo, no Estado de São Paulo, e dá outras providências correlatas.
- m. Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação.
- n. Lima J, Dallari S. A estratégia global sobre saúde pública, inovação e propriedade intelectual: estabelecimento de uma ordem de prioridade das necessidades de pesquisa e desenvolvimento no Brasil. Saúde Soc., São Paulo, v. 29, n. 2, e181162, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0104-12902020181162
- o. Merhy EE, & Feuerwerker LCM. (2016). Novo olhar sobre as tecnologias de saúde: uma necessidade contemporânea. In: Merhy, E. E., Baduy, R. S., Seixas, C. T., Almeida, D. E. S., & Slomp Júnior, H. (Orgs.). Avaliação compartilhada do cuidado em saúde: surpreendendo o instituído nas redes (pp. 61-74). Rio de Janeiro: Hexis, 2016. Recuperado em: 23 julho de
- https://www.researchgate.net/publication/267993391 Novo olhar sobre as tecnologias de saude uma necessidade contemporanea



p. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (MCTI). (2004), 3ª ed. "Manual de Oslo – Proposta de Diretrizes para Coleta e Interpretação de Dados sobre Inovação Tecnológica". Disponível em: http://www.mct.gov.br/upd_blob/0026/26032.pdf

- q. Rauen CV, Varrichio PC. Promoção à inovação por meio das políticas institucionais nas Universidades brasileiras: uma reflexão sobre as iniciativas aprovadas entre 2016 e 2020. Textos de Economia, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 1-28, dez./mar., 2020.
- r. SÃO PAULO. Decreto nº 62.817, de 04 de setembro de 2017. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2017/decreto-62817-04.09.2017.html
- s. SEBRAE. Guia de tendências para pequenos negócios 2020/21. Disponível

em: https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/AL/Anexos/Tend%C3%AAncias%20de%20Neg%C3%B3cios_2020_2021.pdf

5.Atividades Discentes

Estão previstas práticas envolvendo leituras e análise de textos, narrativas e elaboração de sínteses das principais ideias abordadas e avaliação de processos de aprendizagem. Estão previstas atividades na plataforma AVA/EADSES, incluindo fóruns e chats de discussão e síntese sobre temas do componente curricular. Poderão ser propostas estudo de casos e demais exercícios práticos, promovendo engajamento discente na resolução de desafios relativos à Inovação em Saúde.

Módulo II- Núcleo Específico Teórico = 384hs

A. Componente Curricular - Reforma Psiquiátrica Brasileira - 24hs

1.Ementa

Construção da Reforma Psiquiátrica brasileira, suas influências históricas e desafios atuais.

CEFOR/SUS/SP- Rua Dona Inácia Uchoa, 574 – Vila Mariana – SP- CEP 04110-021 - Fone: PABX: 5080-7400



2. Conteúdo Programático

- a. Reforma Psiquiátrica e Luta antimanicomial
- b. Reformas psiquiátricas no mundo (Psicoterapia institucional francesa;
 Psiquiatria democrática italiana; Psiquiatria comunitária norte-americana;
 entre outras)
- c. Reforma Psiquiátrica no Brasil

3. Metodologia e Recursos Áudio Visuais:

Exposições dialogadas, seminários, rodas de conversa, filmes e discussão de textos.

4.Referências

- a. Basaglia, F. As instituições da violência. In BASAGLIA, F (org) A Instituição negada. Rio de Janeiro, Graal, 1985.
- b. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005.
- c. Duarte, M.J.O. Movimentos e lutas sociais na saúde: o caso do MNLA. Revista em Pauta. jul 2010; Vol 7 no 25: p. 131-149.
- d. Oury, J. (2009). O coletivo. São Paulo: Aderaldo & Rothschild
- e. Rotelli, F. Empresa social: construindo sujeitos e direitos. In: AMARANTE, P., org. Ensaios: subjetividade, saúde mental, sociedade [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000. Loucura & Civilização collection, pp. 301-306. ISBN 978-85-7541-319-7. Available from SciELO Books
- f. Souto, R.; Alberti, S. Breve história da Reforma Psiquiátrica para uma melhor compreensão da questão atual. Saúde em Debate, jan 2008. v. 32, n. 78/79/80, p. 49-59.



g. Desviat, M. Os primeiros movimentos de reforma psiquiátrica. In: Desviat, M. A Reforma Psiquiátrica. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 1999, p. 23-51.

h. Amarante, P. Saúde Mental e Atenção Psicossocial. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2007

5.Atividades Discentes

Estão previstas práticas envolvendo leituras, análise de textos e filmes, narrativas e elaboração de sínteses das principais ideias abordadas e avaliação de processos de aprendizagem. Estão previstas atividades na plataforma AVA/EADSES, incluindo fóruns e chats de discussão e síntese sobre temas do componente curricular. Poderão ser propostos seminários e outras atividades em grupo.

B. Componente Curricular - Atenção Psicossocial I: Clínica Ampliada - 64hs

1. Ementa

Construção da clínica ampliada, segundo os princípios do SUS: integralidade, equidade e universalidade; suas implicações na prática profissional e na constituição da Rede de Atenção Psicossocial. Contribuição dos diferentes núcleo e campo de saber presentes no CAPS.

2. Conteúdo Programático

- a. Perspectiva crítica de normalidade
- b. Noções de cuidado e subjetividade
- c. Psicopatologia e diagnóstico em diferentes perspectivas:
- Perspectiva crítica das classificações diagnósticas contemporâneas em psiquiatria
- Avaliações (exame psíquico, escalas, entre outras)



- d. Farmacologia e intervenção medicamentosa
- e. Trabalho multiprofissional em saúde
- f. Cuidado em Saúde:
- Referencialidade/ referência
- Projeto terapêutico singular
- Acolhimento
- Ambiência
- g. Território
- h. Desinstitucionalização
- i. Atenção à crise
- j. Atenção Integral à Saúde e Atenção Básica

3. Metodologia e Recursos Áudio Visuais

Exposições dialogadas, seminários, rodas de conversa, filmes e discussão de textos.

4. Referências

- a. Andreolli, A. Responder à crise: um impasse ou uma abertura na psiquiatria?, In Psicose e Mudança. São Paulo, Casa do Psicólogo, 1993.
- b. Banzato, C. E. M.; Zorzanelli, R. Superando a falsa dicotomia entre natureza e construção social: o caso dos transtornos mentais. Rev. latinoam. psicopatol. fundam. Março 2014; vol.17 no.1: p. 100-113
- c. Bezerra Jr., B. C. O normal e o patológico: uma discussão atual. In: Souza, A. N.; Pitanguy, J. (Orgs.) Saúde, corpo e sociedade. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; 2006.
- d. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Clínica ampliada e compartilhada. Brasília: Ministério da Saúde; 2009.
- e. Brasil. Ministério da Saúde. CADERNO DE SAÚDE MENTAL. A Reforma Psiquiátrica que Queremos: Por uma Clínica Antimanicomial. Encontro Nacional de Saúde Mental. Belo Horizonte, 2006.



f. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Acolhimento nas Práticas de Produção de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
g Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde Mental. Cadernos de Atenção Básica, n. 34. Brasília: Ministério da Saúde, 2013a.
h Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Manual de estrutura física dos centros de atenção psicossocial e unidades de acolhimento: orientações para elaboração de projetos de construção de 239 CAPS e de UA como lugares da atenção psicossocial nos territórios. Brasília: Ministério da Saúde, 2013b.
i. Campos G. W.S. Saúde pública e saúde coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas. Ciênc. saúde coletiva [Internet]. 2000 [cited 2018 Oct 24]; 5 (2): 219-230. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232000000200002&lng=en. http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232000000200002.
j.Costa, M.S. Construções em torno da crise: saberes e práticas na atenção em saúde mental e produção de subjetividades. Arch. Bras. Psicol., 2007, v.59, n.1, p. 94-108
k.Dalgalarrondo, Paulo. Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais. Porto Alegre: Artmed, 2008
I.Dell'Acqua, G.; Mezzina, R. Resposta à crise: estratégia e intencionalidade da intervenção no serviço psiquiátrico territorial. In: AMARANTE, P.D.C. (Org.). Archivos de saúde mental e atenção psicossocial. Rio de Janeiro: Nau, 2005. v.2, p.161-94.
m.Dimenstein, M.; Liberato, M.T. Desinstitucionalizar É Ultrapassar Fronteiras Sanitárias: O Desafio Da Intersetorialidade E Do Trabalho Em Rede. Cad. Bras. Saude Mental. 2009; V.1, N.1, P.1-10, 2009. Disponível Em: Http://www.Esp.Rs.Gov.Br/Img2/21_Magda_Dimenstein.Pdf .

Acesso Em: 1 Abr. 2010



n.Ferigato, S.; Onoko-Campos, R.; Ballarin, M.L. O atendimento à crise em saúde mental: ampliando conceitos. Rev. Psicol. Unesp, 2007, v.6, n.1, p.31-44.

m.Goldberg, J. I. Clínica da Psicose: um projeto na rede pública. Rio de Janeiro: Té Corá/Franco Basaglia, 1996.

n.Lancetti, A. Clínica Peripatética. Rio de Janeiro: Hucitec, 2006.

o.Lobosque, M. A Palavra do Sujeito: matéria-prima do tratamento. In: Lobosque, M. Experiências da Loucura. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. Cap 2

p.Lobosque, M. Impasses da Clínica. In: Lobosque, M. Clínica em movimento. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. Cap 3.

q.Milagres, A.L.D. Eu moro, ele mora: cinco histórias diferentes em serviços residenciais terapêuticos em saúde mental, in: Amarante, P. (org) Archivos de Saúde Mental e Atenção Psicossocial. Rio de Janeiro, Nau Editora, 2003. p.121-147.

r.Nader, A.R. Manicômios, prisões e liberdade: entre o pessimismo da razão e o ideal de igualdade. Revista Lacuna 22 de maio de 2016 artigo, n. -1. https://revistalacuna.com/2016/05/22/manicomios-prisoes-e-liberdade/

s. Nicácio F. (Org.), Desinstitucionalização. São Paulo: Hucitec, 2001.

t.Oliveira, G. N. O projeto terapêutico singular. In: Campos, G. W. S. e Guerrero, A. V. P. (orgs) Manual de práticas de atenção básica – saúde ampliada e compartilhada. São Paulo, Hucitec. 2010.

u.Suiyama, R.C.B.; Rolim, M.A.; Colvero, L.A. Serviços Residenciais Terapêuticos em Saúde Mental: uma proposta que busca resgatar a subjetividade dos sujeitos?. In: Saúde Soc. 2007. São Paulo, v.16,n.3.

5.Atividades Discentes

Estão previstas práticas envolvendo leituras, análise de textos e filmes, narrativas e elaboração de sínteses das principais ideias abordadas e avaliação de processos de aprendizagem. Estão previstas atividades na



plataforma AVA/EADSES, incluindo fóruns e chats de discussão e síntese sobre temas do componente curricular. Poderão ser propostos seminários e outras atividades em grupo.

C. Componente Curricular - Atenção Psicossocial II: Intervenções - 64hs

1.Ementa:

Contribuição dos diferentes núcleos e campos de saber presentes no CAPS e na Rede de Atenção Psicossocial para construção de práticas de cuidado integral e intersetorial.

2. Conteúdo Programático

- a. Interseccionalidades no cuidado em Saúde. Gênero, raça, etnia entre outras.
- b. Atenção integral a pessoas com problemas decorrentes do uso ou abuso de álcool e outras drogas
- c. Articulação intersetorial
- d. Cidadania, Justiça,
- e. Economia Solidária,
- f. Arte e Cultura
- g. Família
- h. Grupos
- i. Articulação de redes
- j. Dispositivos de cuidado

3. Metodologia e Recursos Áudio Visuais



Exposições dialogadas, seminários, rodas de conversa, filmes e discussão de textos.

4.Referências

- a. Andreolli, A. Responder à crise: um impasse ou uma abertura na psiquiatria?, In Psicose e Mudança. São Paulo, Casa do Psicólogo, 1993.
- b. Barros, R. B. Grupos: a afirmação de um simulacro. Porto Alegre: Sulinas, 2013.
- c. Campos, G.W. S. Saúde Paidéia. São Paulo: Hucitec, 2013
- d. Diatkine, R., Quartier- Frings, F.; Andreoli, A. Psicose e Mudança. São Paulo: Casa do Psicólogo: 1991.
- e. Guerra, A.M.C. "Oficinas em saúde mental: percurso de uma história, fundamentos de uma prática", in Costa, C. M. e Figueiredo, A. C. (org.) Oficinas terapêuticas em saúde mental. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004.
- f. Jardim, K.; Dimenstein, M. Risco e crise: pensando os pilares da urgência psiguiátrica. Psicol. Rev., 2007, v.13, n.1, p.169-90.
- g. Lancetti, A. (Org.). Saúde e loucura 4. São Paulo: Hucitec, 1994.
- h. Lemke, R.A., Silva R.A.N., Um estudo sobre a itinerância como estratégia de cuidado no contexto das políticas públicas de saúde no Brasil. Physis. 2011; 21 (3): 979-1004.
- i. Melman, J. Família e Doença Mental: repensando a relação entre profissionais de saúde e familiares. Escrituras, 2013.
- j. Rauter, C. Oficinas para quê? Uma proposta ético-estético-política para oficinas terapêuticas. In P. Amarante (Org.), Ensaios: Subjetividade, saúde mental, sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. p. 267-277.
- k. Vidal, F.B.; Braga, A.C.S.; Sodré, A.R.O.M. A abordagem da crise na psicose. In: Silva, M. V. O. (Org.). IN-tensa/EX-tensa: a clínica psicossocial das psicoses. Salvador: LEV Laboratório de Estudos Vinculares/UFBA, 2007. p.151-68



- I. Viganò, C. Urgência e Crise. In Novas Conferencias. São Paulo, Scriptum, 2012.
- m. Zimerman, D. E. Como trabalhamos com grupos. In: Zimerman, D.E.; Osorio, L. C. [et. al] Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

5.Atividades Discentes

Estão previstas práticas envolvendo leituras, análise de textos e filmes, narrativas e elaboração de sínteses das principais ideias abordadas e avaliação de processos de aprendizagem. Estão previstas atividades na plataforma AVA/EADSES, incluindo fóruns e chats de discussão e síntese sobre temas do componente curricular. Poderão ser propostos seminários e outras atividades em grupo.

D. Componente Curricular - Atenção Psicossocial III: Trabalho em equipe e construção de Projetos Terapêuticos Singulares - 88hs

1. Ementa

Construção de Projetos Terapêuticos singulares que levem em conta a integralidade do sujeito. Reflexão sobre cuidados e espaços ofertados no CAPS e no território.

2. Conteúdo Programático

- a. Atuação em equipe multidisciplinar
- b. Articulação em rede intra e intersetorial
- c. Projeto Terapêutico Singular
- d. Matriciamento

3. Metodologia e Recursos Áudio Visuais

Exposições dialogadas, rodas de conversa, apresentação de caso clínico



4.Referências

- a. Yasuí S. A produção do cuidado no território: "há tanta vida lá fora". In: Ministério da Saúde (BR). VI Conferência Nacional de Saúde Mental [online]. Brasília (DF): MS; 2010. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/cuidadosilvioyasui.pdf
- b. Brasil, Ministério da Saúde, Portaria 3.088/GM de 23 de dezembro de 2011. Institui as Redes de Atenção Psicossociais. http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_201 1 rep.html
- c. Galheigo, S. M. O cotidiano na terapia ocupacional: cultura, subjetividade e contexto históricossocial. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v. 14, n. 3, p. 104-9, set./dez. 2003.
- d. Kinoshita R.T. Contratualidade e reabilitação psicossocial. In: Pitta AM, (org). Reabilitação psicossocial no Brasil. São Paulo (SP): Hucitec; 1996. p.55-9. 5
- e. Kinoshita R.T.O Projeto Terapêutico Singular im Brasil, Ministério da Saúde, curso EAD em parceria com a CGMAD da Universidade Federal de Santa Catarina UFSC, 2016.

5.Atividades Discentes

Participação em reuniões multiprofissionais para construção de casos clínicos, de Projetos Terapêuticos singulares, articulações de rede intra e intersetorial. Elaboração de relatórios, registro de experiência, construção e apresentação de casos clínicos.

1. Componente Curricular - Desenvolvimento do Raciocínio Clínico - 144hs

1. Ementa



Desenvolvimento do Raciocínio Clínico e do acompanhamento de caso em equipe multiprofissional.

2. Conteúdo Programático

- a. Construção do caso clínico
- b. Projeto terapêutico singular
- c. Intersetorialidade e garantia de direitos

3. Metodologia e Recursos Áudio Visuais

Apresentação de casos, filmes e discussões coletivas.

4.Referências

- a. Campos, R. O. Clínica: A palavra negada. sobre as práticas clínicas nos serviços substitutivos de Saúde Mental. Saúde em Debate. 2001; v.25, n.58.
- b. Figueiredo, A. C. A construção do caso clínico: uma contribuição da psicanálise à psicopatologia e à saúde mental. In: Rev. Latinoam. Psicopatol. Fundam., 2004; v. 7, n.1, p.75-86. Available from .access">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-4714200400100075&lng=en&nrm=iso>.access on 24 Oct. 2018. http://dx.doi.org/10.1590/1415-47142004001006.
- c. Kinoshita R.T.O Projeto Terapêutico Singular.In: Brasil, Ministério da Saúde, curso EAD em parceria com a CGMAD da Universidade Federal de Santa Catarina UFSC, 2016.

5.Atividades Discentes

É um espaço coletivo para construção de percursos clínicos. Tem como objetivo valorizar pontos de parada para reflexão sobre as práticas cotidianas. A coordenação desse encontro é realizada por profissionais do CAPS que compõem o NEP e a periodicidade é semanal. Espera-se que os



alunos tragam suas dúvidas, relatem suas apostas clínicas e desenvolvam raciocínios clínicos. Prioriza-se a tematização de situações e cenas vividas pelos participantes na prática em serviço.



Anexo II-Calendário Escolar - 2023/2024

Horário do Curso: 8h às 17h com intervalo de 1 hora - Total 8 horas diárias

Mês	Datas	Programação	
Março	1	Início do Curso	
Abril	7,21	Feriado – Não haverá aula	
Maio	1 3	Feriado – Não haverá aula Recuperação (Componentes Núcleo Comum e Ref. Psiquiátrica Brasileira)	
Junho	8,9	Feriado – Não haverá aula	
Julho	17 a 31	Férias	
Agosto	30	Recuperação (Componente At. Psicossocial I)	
Setembro	7,8	Feriado – Não haverá aula	
Outubro	12,13	Feriado – Não haverá aula	
Novembro	2,3, 1 e 20	Feriado – Não haverá aula	
Dezembro	25 a 31	Férias	
Janeiro/2022	1 a 8 22	Férias Reunião Pedagógica – Conselho TCC	
Fevereiro	12,13,14 29	Feriado Término do Curso	
Total Dias Letivos: 219			

Comentário Crítico ao Projeto Pedagógico da Especialização Multiprofissional em Atenção Psicossocial – Produto Educacional

O Curso de Especialização Multiprofissional em Atenção Psicossocial faz parte de um conjunto de cursos do CEFOR SES SP, que para ser reconhecido como Escola de Ensino Superior pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), apresentou inicialmente algumas propostas de cursos, todos com o mesmo módulo comum e formato de projeto pedagógico.

O Centro de Formação de Recursos Humanos para o SUS/SP "Doutor Antônio Guilherme de Souza" (CEFOR SUS/SP) faz parte da Coordenadoria de Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Saúde, dispondo de três unidades didáticas de apoio, a saber: Instituto Pasteur, Instituto de Saúde, Instituto Adolfo Lutz; seis unidades próprias, compostas por hospitais e ambulatórios de especialidades da SES/SP, que são o Instituto Paulista de Geriatria e Gerontologia – IPGG, o Conjunto Hospitalar Padre Bento de Guarulhos – CHPBG, o Centro de Atenção Psicossocial - CAPS Itapeva, o Instituto Lauro de Souza Lima – ILSL, o Instituto de Infectologia Emílio Ribas – IIER, e o Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia – IDPC, além de duas unidades vinculadas à SES/SP: o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu da UNESP – HCFMB/UNESP e o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP – HCFMRP/USP, locais onde são desenvolvidos os Cursos de Especialização.

O CAPS é considerado uma unidade própria, e tem certa autonomia na construção do projeto pedagógico de seu curso, desde que mantenha o formato base e o módulo comum, que foi revisto agora em 2022 com a participação de todas as unidades e docentes.

A revisão de todos os projetos pedagógicos em 2022 foi uma exigência do CEE, que na resolução CEE 197/2021 (São Paulo, 2021), estabeleceu novos critérios para cursos de especialização e estabeleceu o prazo máximo de junho de 2022 para tais adequações, o que exigiu que o novo projeto da Especialização Multiprofissional em Atenção Psicossocial fosse entregue antes da finalização deste trabalho.

Alguns elementos oriundos do conteúdo das entrevistas, porém, foram levados em conta neste processo, como a ênfase ainda maior na formação prática e dedicação ao TCC, com a redução do número de horas de alguns componentes teóricos, valorizando o que marcava os alunos como aspectos mais relevantes da experiência na instituição.

O contato com outros estudos de egresso, e a tentativa de dialogar com o próprio projeto na discussão sobre a avaliação do curso, porém, demonstrou que o projeto pedagógico atual é bastante descritivo, não explicitando a abordagem pedagógica em que se baseia, ou mesmo quais as habilidades e competências a serem desenvolvidas pelos especializandos durante a formação.

Entendo que tal realidade é fruto tanto do contexto macro da especialização, ou seja, sua existência como parte de um conjunto de cursos do CEFOR, quanto da realidade mais micro, ou seja, da formação no CAPS, um serviço com ênfase no atendimento ao usuário, e, portanto, com profissionais voltados para assistência.

No contexto macro, por se tratar de uma formatação de projeto pedagógico que deve abarcar diversas instituições e cursos de especialização, inclusive com um Núcleo comum que é replicado, o modelo do CEFOR deve ser bastante amplo, evitando incoerências entre as diferentes unidades didáticas, ou componentes dentro de um mesmo projeto pedagógico.

No contexto micro, o Núcleo de Ensino e Pesquisa do CAPS é composto por diversos profissionais de saúde, nem todos apropriados da discussão sobre abordagens pedagógicas, metodologias ou filosofia da educação, e que nos últimos anos tem sido bastante rotativo, pela realidade atual de trabalho no SUS, bastante discutida na dissertação. Apesar da ética da atuação em um CAPS ser a da construção de autonomia e, portanto, essa mesma ética nortear a formação, a sistematização de tal prática é complexa, ainda mais no cenário de muitas trocas de docentes. O Projeto Pedagógico precisa ter abertura para as especificidades do docente que será responsável nos diferentes anos, com a colaboração também de diferentes convidados.

Meu percurso de formação, aqui destacados a "Formação de Ativadores de Processos de Mudança na Educação Superior de Profissionais de Saúde" e o Mestrado Profissional, me fazem defender que o processo ensino-aprendizagem para profissionais da saúde no seu campo de atuação apresenta aspectos muito diferenciados daquele efetuado em salas de aula. As relações que fazem parte do processo incluem, além da docente-discente, as relações com os usuários e a equipe de trabalho. Quanto aos conteúdos, integram-se os de caráter técnico-informativos às questões formativas éticas, morais, psicológicas, ligadas às relações sociais aí estabelecidas (Garcia, 2001).

Cotta e colaboradores (2013), destacam o ensino em saúde baseado em quatro linhas fundamentais de competências:

"Aprender a ser – o atuar com autonomia, juízo, responsabilidade pessoal; Aprender a conhecer – o assimilar conhecimentos científicos e culturais gerais e específicos, que se completarão e atualizarão ao longo de toda a vida; Aprender a fazer – o adquirir procedimentos que ajudem a afrontar as dificuldades que se apresentem na vida e na profissão; Aprender a conviver e a trabalhar juntos – o compreender melhor os demais, o mundo e suas inter-relações," (Cotta et all, 2013, p 1848)

Para as competências almejadas, nada mais coerente que o uso de metodologias ativas nesse processo formativo. Mitre e colaboradores, (2008) afirmam que o mérito das metodologias ativas, está na perspectiva do desenvolvimento da "autonomia individual em "íntima coalizão com o coletivo", através da busca de uma "prática pedagógica ética, crítica, reflexiva e transformadora, ultrapassando os limites do treinamento puramente técnico, para efetivamente alcançar a formação do homem como um ser histórico, inscrito na dialética da ação-reflexão-ação". (p. 2134)

Construir o processo de ensino-aprendizagem de modo participativo, dialógico, reflexivo, multidirecional e conectado com a realidade, implica que tais sugestões só poderão ser concretizadas com a ampliação das discussões coletivas no Núcleo de Ensino e Pesquisa, envolvendo os futuros docentes, sua apropriação sobre metodologias de ensino e seu fortalecimento como coletivo.

Tal cenário traz, além da importância de tentar manter um corpo docente mais constante, o objetivo de propor discussões mais profundas sobre abordagens pedagógicas e metodologias de ensino nos espaços de reunião do NEP, qualificando o corpo responsável pela organização do curso, e desenvolvendo estratégias de propagação desta fundamentação no CAPS, tendo em vista que a formação vai muito além deste núcleo, já que ocorre no dia a dia e com todos os profissionais da instituição.

Referências

Cotta RMM; Costa GD; Mendonça ET. Portfólio reflexivo: uma proposta de ensino e aprendizagem orientada por competências in Ciência & Saúde Coletiva, 18(6):1847-1856, 2013.

Garcia, Maria Alice Amorim. Saber, agir e educar: o ensino-aprendizagem em serviços de Saúde. Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]. 2001, v. 5, n. 8 [Acessado 9 Dezembro 2022], pp. 89-100. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1414-32832001000100007>. Epub 09 Jun 2009. ISSN 1807-5762. https://doi.org/10.1590/S1414-32832001000100007.

Mitre SM; Siqueira-Batista R; Girardi-de-Mendonça JM; Morais-Pinto NM; Meirelles CAB; Pinto-Porto C; Moreira T; Hoffmann LMA. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais in Ciência &Saúde Coletiva, 13 (Sup2): 2133-2144, 2008.

São Paulo. Conselho Estadual de Educação. Deliberação 197/2021. Disponível em: http://www.ceesp.sp.gov.br/portal.php/consultores_legislacao/deliberacao_197_2021 . Acesso em: 8 dez 2022